

CONCURSO PÚBLICO

CÓDIGO A17	PROVA V	ATENÇÃO: VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
MANHÃ		

DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS
DE RODAGEM E TRANSPORTES**CARGO: PROCURADOR AUTÁRQUICO**

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

*“A alegria é o segredo da beleza. Sem entusiasmo não há beleza que seja atraente.”**Christian Dior***A T E N Ç Ã O**

1. O **Caderno de Questões** contém questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções A, B, C, D e E.
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e prova. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões** e no **Cartão de Respostas**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funcab.org, conforme estabelecido no Cronograma.

Realização:

**BOA PROVA**

CONHECIMENTOS GERAIS:

- Geografia e História de Rondônia

1. A Amazônia faz parte de uma gigantesca planície com domínio de terras baixas florestadas, disposta em anfiteatro, enclausurada entre a grande barreira imposta pelas terras cisandinas e pelas bordas dos planaltos Brasileiro e Guianense. Neste espaço, o relevo de Rondônia localiza-se:

- A) junto à planície, área na qual o processo de erosão se sobrepõe ao de sedimentação, rica em sedimentos.
- B) próximo à planície, onde há o predomínio do relevo tabular, intercalando chapadas cristalinas e sedimentares.
- C) afastado da planície, com natureza cristalina onde os processos de deposição de materiais superam os de desgaste.
- D) na área vizinha à planície, onde aparecem terras baixas e o processo erosivo supera o deposicional.
- E) próximo à planície, onde predominam terras baixas numa área cortada de norte a sul entre os rios Ji-Paraná e Guaporé.

2. Na composição do PIB do estado de Rondônia, em 2007, aparece a seguinte distribuição – agropecuária: 20,4%; indústria: 14,6%; serviços: 65,0%. Para um estado cujo crescimento está atrelado à expansão da fronteira agrícola, um percentual tão elevado no setor de serviços pode ser justificado a partir de:

- A) ter atraído somente trabalhadores ligados à construção civil.
- B) ser a principal área prestadora de serviços na Amazônia ocidental.
- C) ter desenvolvido uma agricultura que utiliza pouca mão de obra.
- D) dispor de infraestrutura que estimula o desenvolvimento comercial.
- E) incentivar a abertura de empresas vinculadas ao turismo ecológico.

3. O agronegócio inverte o sentido das migrações brasileiras: agora se vai do Sul e do Leste para o Norte. A população de Rondônia aumentou a taxas de 16% ao ano durante a década de 1990. A cidade de Buritis é, entre os 5 560 municípios brasileiros, a que mais recebeu migrantes nos últimos tempos – 90% deles vindos das regiões Sul e Sudeste do país. Os que chegaram na última década do século passado, se diferenciam dos que vieram nos anos 70 e 80 pelo fato de:

- A) mudarem o perfil agropecuário do estado investindo no gado leiteiro.
- B) terem sido atraídos por terras de boa qualidade a preços mais baixos.
- C) realizarem investimentos em cana-de-açúcar para a produção de etanol.
- D) utilizarem mão de obra boliviana, qualificada no cultivo de oleaginosas.
- E) associarem-se a estrangeiros no beneficiamento da produção agrícola.

4. Com muito atraso, produtores rurais finalmente apelam para as hidrovias amazônicas para o escoamento da sua produção. A soja chega ao exterior a partir do rio Madeira, com 910 Km de navegabilidade ajustada. Barcaças de 3 200 toneladas são rastreadas por satélites e orientadas por sonares. O calado é de cinco metros. Na secular hidrovia do Mississipi, o calado é de somente três metros e a carga não pode passar de 1 100 toneladas por barcaça.



Um dos fatores que garante a navegabilidade do rio Madeira é:

- A) todos os afluentes à direita do rio Amazonas são navegáveis.
- B) sua profundidade varia somente entre a estação chuvosa e seca.
- C) possuir um grande número de eclusas ao longo do trajeto.
- D) ser ligado por canais artificiais que garantem o volume de água.
- E) não apresentar corredeiras porque não tem pedras no seu leito.

5. No mapa da questão nº 14, aparece um trecho da rodovia BR-364 atravessando o estado de Rondônia e a imagem retrata basicamente um dos objetivos da rodovia: escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste. Quanto ao outro propósito desta rodovia, que vai interferir na economia do estado é:

- A) permitir o acesso mais rápido aos portos do Pacífico.
- B) acelerar o intercâmbio comercial com o Peru e a Bolívia.
- C) tornar o estado um elo entre o Brasil e o Pacto Andino.
- D) explorar o potencial turístico existente ao redor da rodovia.
- E) agilizar as operações que envolvem a extração da madeira.

6. É possível detectar algumas fases bem definidas na história da ocupação humana na Amazônia Brasileira. Após um longo período pré-histórico, que se desenvolveu por alguns milênios – envolvendo grupos étnicos e linguísticos vindos por rotas complexas – sucederam-se três modelos históricos de apropriação e utilização dos espaços regionais. Em relação ao estado de Rondônia, a sequência correta é:

- A) extração de madeiras nobres / extração da borracha / garimpos em floramentos cristalinos e extração de diamantes.
- B) exploração do ouro e diamantes / extração de madeiras / implantação de núcleos de povoamento.
- C) exploração de pedras preciosas / extração da borracha / implantação de núcleos de colonização.
- D) coleta de drogas do sertão / exploração de ouro e diamantes / abertura de rodovias de penetração.
- E) exploração do ouro e diamantes / extração da borracha / implantação de agrovilas ao longo das rodovias de penetração.

7. Muitos consideram a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré como precursora da rodovia BR-364. O início da sua construção está vinculado ao Tratado de Petrópolis que resolveu as disputas territoriais entre o Brasil e a Bolívia, ficando a construção da ferrovia como contrapartida para concretizar uma aspiração boliviana no que diz respeito ao problema de:

- A) realizar a ligação ao Pacífico.
- B) integração ao Centro-Oeste.
- C) acessibilidade ao rio Amazonas.
- D) escoamento de sua produção mineral.
- E) ocupar a fronteira com o Peru.

8. O início da exploração da borracha amazônica foi próspero, mas a bonança durou pouco. Em 1912, a produção atingia o pico de 42 mil toneladas. A borracha representava 40% de todas as exportações nacionais. Em um segundo momento, entre 1942 e 1945, a borracha teve uma sobrevida que não foi com a mesma pujança do início do século, e logo voltou a perder em expressão no cenário econômico nacional. Nas duas fases mais expressivas da produção, um fator apontado abaixo pode ser considerado como responsável pelo declínio da borracha brasileira:

- A) falta de crédito à extração e ao beneficiamento do látex.
- B) precariedade da mão de obra usada pelos seringueiros.
- C) dificuldade para escoar a produção até o porto de Belém.
- D) concorrência da borracha produzida pelos asiáticos.
- E) população indígena dificultava o acesso aos seringueiros.

9. Porto Velho nasceu em 1907, como “porto velho dos militares”, referência a uma guarnição que acampava no local em uma das guerras que ocorreram durante a segunda metade do século XIX, entre as nações do continente. Mais tarde, a região passou a ser usada para descarregar material para construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. O conflito continental a que o texto faz referência foi:

- A) Guerra do Pacífico.
- B) Guerra do Paraguai.
- C) Guerra do Chaco.
- D) Guerra da Cisplatina.
- E) Guerra dos Farrapos.

10. Consideradas como as duas maiores obras do governo Lula, as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau devem consumir até R\$ 28 bilhões em investimentos para gerar, a partir de 2013, 6 450 MW de energia e tentar tirar o país da rota de um novo apagão. Apesar de toda euforia provocada pela construção das obras e, os possíveis benefícios que elas irão trazer, a consequência social mais provável que irá afetar parte da população pode ser assinalada em:

- A) desaparecimento por completo da pesca.
- B) fim do garimpo que ainda atrai aventureiros.
- C) remoção de famílias que vivem na beira do rio.
- D) extinção dos pastos que atendem à pecuária.
- E) lagos das usinas vão afetar o setor madeireiro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

- Direito Administrativo

11. Conforme a orientação jurisprudencial do STF, os notários e registradores:

- A) devem aposentar-se, compulsoriamente, aos setenta anos face ao disposto no Art. 40, §1º, II, da CF.
- B) são detentores de cargos públicos efetivos, porém não adquirem estabilidade após três anos de efetivo exercício.
- C) exercem atividades em caráter privado, por delegação do poder público.
- D) são agentes políticos, pois exercem suas funções mediante mandato com prazo certo.
- E) devem, obrigatoriamente, ser remunerados por subsídio, nos termos da Emenda Constitucional nº 19/1998.

12. Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) As cláusulas exorbitantes são proibidas nos contratos administrativos porque preveem vantagens exageradas aos particulares em detrimento do interesse público.
- B) A alteração unilateral do contrato é uma prerrogativa presente nos contratos administrativos para ambas as partes, desde que no limite de 25% do valor do contrato.
- C) A “exceção do contrato não cumprido” só garante ao particular o direito de interromper a execução do contrato, mas o poder público não pode deixar de cumprir a sua parte, mesmo que o contratado não tenha efetuado o serviço.
- D) A ocorrência de um “fato do príncipe” desobriga a administração de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- E) Somente o poder público pode rescindir, unilateralmente, um contrato administrativo.

13. Sobre os princípios constitucionais do Direito Administrativo brasileiro, assinale a alternativa correta.

- A) Os princípios da tutela e da autotutela possuem conteúdo jurídico idêntico.
- B) A presunção de legitimidade que se aplica aos atos administrativos é relativa, mas a presunção de veracidade desses mesmos atos é absoluta.
- C) O princípio da legalidade e o da moralidade possuem o mesmo conteúdo jurídico, na medida em que todos os atos administrativos ilegais também são imorais.
- D) O princípio da eficiência no serviço público permite a aplicação da pena de demissão sem justa causa a servidores públicos comissionados.
- E) O princípio da publicidade aplica-se a todas as pessoas administrativas, mesmo as que constituem pessoas jurídicas de direito privado, como as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

14. Acerca dos Poderes da Administração, assinale a alternativa correta.

- A) Os atos administrativos regulamentares expedidos pelo Poder Executivo estão sujeitos ao controle direto do Congresso Nacional que pode anulá-los caso exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- B) Caracteriza-se como inconstitucional o ato administrativo regulamentar que tenha investido *contra legem*, podendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- C) Quando o ato administrativo regulamentar permanecer *citra legem* será cabível mandado de injunção, no qual o STF poderá proceder à imediata regulamentação para o caso concreto, em substituição ao ato impugnado.
- D) Apesar de somente caber ao poder regulamentar agir *secundum legem*, descabendo aos atos formalizadores criar direitos e obrigações, é legítima a fixação de obrigações subsidiárias ou derivadas aos administrados, diversas das obrigações primárias ou originárias contidas na lei.
- E) É legítima a omissão do Poder Executivo em regulamentar a lei, mesmo após o prazo que lhe foi assinado, operando-se a chamada "legislação negativa em contrário", por isso não é cabível, neste caso, o exercício dos direitos deferidos aos administrados enquanto não regulamentada a lei.

15. Sobre as licitações públicas, assinale a alternativa correta.

- A) A licitação frustrada ou deserta ocorre quando todos os candidatos habilitados tenham sido desclassificados por inobservância ao edital.
- B) A anulação da licitação é cabível também quando a administração pública acaba por selecionar proposta que deveria ter sido desclassificada.
- C) É possível revogar uma licitação por motivo de interesse público, mesmo se o fato ensejador da revogação for anterior ao início do processo licitatório.
- D) O pregão é modalidade de uso obrigatório pelos órgãos públicos de todas as esferas administrativas, nos casos de aquisição de bens e serviços comuns, sendo igualmente obrigatório adotar o critério de menor preço global.
- E) Não é admitida no ordenamento jurídico brasileiro a licitação internacional, sendo vedada a participação de empresas estrangeiras em quaisquer processos licitatórios no Brasil.

16. Sobre Improbidade Administrativa, assinale a única alternativa INCORRETA.

- A) Os empregados das sociedades de economia mista, por não se qualificarem como agentes públicos mas sim como empregados privados, não podem ser considerados autores de condutas de improbidade.
- B) Segundo o princípio da adequação punitiva, as sanções da lei de improbidade administrativa só comportam aplicabilidade se houver adequação com a natureza do autor do fato de improbidade.
- C) A prescrição da ação de improbidade não implica na extinção do direito de as pessoas públicas lesadas reivindicarem o ressarcimento dos danos que lhes foram causados pelo ato de improbidade administrativa.
- D) Para que exista ato de improbidade administrativa é dispensável que tenha havido enriquecimento ilícito e dano ao erário, bastando para tanto a vulneração de um dos princípios administrativos.
- E) O terceiro, quando beneficiário direto ou indireto do ato de improbidade, só pode ser responsabilizado por ação dolosa.

17. Quanto ao tema Desapropriações, assinale a única alternativa INCORRETA.

- A) O depósito prévio do valor arbitrado pelo juiz após instrução sumária é um dos pressupostos para a imissão provisória na posse.
- B) A defesa no processo judicial de desapropriação somente poderá tratar, quanto ao mérito, da impugnação do preço oferecido na inicial.
- C) O Poder Legislativo não pode tomar a iniciativa de deflagrar a desapropriação.
- D) A competência executória pode ser atribuída a pessoas privadas delegatárias, desde que autorizadas expressamente pela lei ou pelo contrato.
- E) Nem toda desapropriação destina-se à integração definitiva do bem expropriado no patrimônio público, cabendo, em casos específicos, a transferência a particulares.

18. Na hipótese da Administração Pública cometer a execução da obra a uma empresa empreiteira através de contrato administrativo e este contratado, por sua culpa exclusiva, causar dano a terceiro, assinale a alternativa correta.

- A) A administração pública responde solidariamente com a empresa executora da obra que responde objetivamente pelo dano causado.
- B) A empresa executora da obra responde subjetivamente e de forma primária e a administração pública responde subsidiariamente pelo dano causado.
- C) A administração pública não poderá ser responsabilizada de forma alguma pelo dano causado, pois a culpa foi exclusiva da empresa executora da obra.
- D) A administração pública responde objetivamente e de forma primária pelo dano causado, respondendo a empresa executora da obra subsidiariamente.
- E) Apenas será possível responsabilizar a pessoa física causadora do dano, descabendo a responsabilidade da empresa executora da obra ou da administração pública.

19. Sobre a ação civil pública, assinale a alternativa correta.

- A) A legitimidade ativa para a ação civil pública cabe, também, a qualquer cidadão no pleno gozo de seus direitos políticos.
- B) A ação civil pública não pode ter como objeto a condenação em dinheiro, apenas o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer.
- C) A ação civil pública não é cabível para a tutela de direitos transindividuais, mas apenas para a tutela de direitos difusos e coletivos.
- D) A sentença de improcedência por ausência de prova na ação civil pública não faz coisa julgada *erga omnes*.
- E) A Defensoria Pública, por não ser pessoa mas sim órgão da administração pública, não pode ajuizar ação civil pública.

20. Sobre o controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) O recurso hierárquico próprio pode ser manejado mesmo que não possua previsão legal expressa.
- B) Ao decidir um recurso hierárquico próprio, a autoridade superior está adstrita aos limites do pedido.
- C) Recursos hierárquicos impróprios devem ser recusados de plano e devolvidos ao recorrente.
- D) É cabível recurso hierárquico dirigido ao Governador contra as decisões tomadas pelo Presidente da Assembleia Legislativa.
- E) Assim como na via judicial, somente são admissíveis, na via administrativa, os recursos incidentais.

21. Quanto aos BENS PÚBLICOS, assinale a alternativa correta.

- A) Todas as qualificações de bens públicos, por sua própria natureza, são absolutamente inalienáveis.
- B) Os bens públicos somente são penhoráveis para pagamento de dívidas judiciais de pequeno valor.
- C) Apenas os bens públicos móveis estão sujeitos a usucapião, desde que respeitadas as disposições do Código Civil.
- D) Uma Autarquia Estadual pode adquirir bens por usucapião.
- E) Os bens públicos de uso especial não podem ser desafetados.

22. A respeito dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- A) Os serviços públicos gerais podem ser remunerados mediante taxa, desde que sejam indivisíveis.
- B) A administração pública não pode prestar diretamente os serviços públicos, não essenciais, sendo, assim, exigível a delegação por meio de concessão ou permissão.
- C) A desconcentração de serviço público somente pode ser feita mediante licitação prévia na modalidade concorrência.
- D) A interrupção de serviço público, após aviso prévio, por inadimplemento do usuário, caracteriza a violação ao princípio da continuidade.
- E) A Constituição Federal de 1988, apenas atribuiu expressamente aos Estados-Membros a competência para exploração de serviços locais de gás canalizado, sendo, de resto, a competência estadual apenas remanescente.

23. Considerando as disposições da Lei Complementar Estadual/RO 68/92, assinale a alternativa correta.

- A) A nomeação, a relocação, a readaptação e a reintegração são formas de provimento de cargos públicos.
- B) A exoneração de cargo efetivo não se dará de ofício.
- C) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, seu titular, ainda que não estável, fica em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- D) A remoção por permuta, mediante requerimento conjunto dos interessados, desde que observada a compatibilidade de cargos, não dispensa a anuência dos respectivos Secretários ou dirigentes dos órgãos de lotação.
- E) Será demitido a bem do serviço público o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo de 30 dias contados da data da posse ou do ato que lhe determinou o provimento.

24. O ato administrativo constitui-se de elementos (ou requisitos de validade, conforme o autor) os quais, para serem juridicamente válidos, devem adequar-se à legalidade. Assinale a alternativa que NÃO contém um desses elementos.

- A) Agente competente.
- B) Conveniência.
- C) Objeto lícito.
- D) Motivo.
- E) Finalidade.

25. Quanto ao Processo Administrativo Disciplinar, assinale a alternativa correta.

- A) É vedada a citação do acusado por edital, ainda que se encontre em local incerto e não sabido.
- B) Na defesa prévia, o acusado não poderá requerer provas ou indicar testemunhas a serem notificadas.
- C) Após a instrução, o Presidente da Comissão efetuará o julgamento fundamentado e aplicará a penalidade que couber ou as medidas que julgar adequadas.
- D) Não apresentando o acusado, defesa prévia no prazo legal, será considerado revel, caso em que a comissão nomeará um servidor estável, com formação jurídica e inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.
- E) No caso de abandono de cargo, a autoridade competente determinará a instauração de processo sumaríssimo.

- Direito Constitucional

26. Pedro Lenza anota que, no magistério de J. J. Gomes Canotilho, este festejado autor português identifica a existência de vários “movimentos constitucionais”, como o inglês, o americano e o francês, definindo o constitucionalismo como uma “...teoria (ou ideologia) que ergue o princípio do governo limitado indispensável à garantia dos direitos em dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade.” Assinale a alternativa correta.

- A) O totalitarismo constitucional é vedado pela Constituição Federal de 1988, pois impede o florescer da constituição dirigente defendida por Canotilho.
- B) A Constituição Federal de 1988 não contemplou a democracia participativa, pois estabeleceu que todo o poder emana do povo e por ele será exercido por meio de representantes eleitos.
- C) A democracia direta é prevalente sobre a democracia representativa, constituindo um sistema híbrido, aplicável conforme a Constituição Federal de 1988.
- D) O resultado de plebiscito ou referendo tem natureza de consulta popular e não é vinculante, podendo o Congresso Nacional editar lei ou Emenda Constitucional em sentido contrário.
- E) A competência para autorizar um referendo é do Congresso Nacional, mas somente o Presidente da República pode convocar um plebiscito.

27. A Constituição Federal de 1988 pode ser classificada como:

- A) promulgada, escrita, analítica, formal e rígida.
- B) promulgada, instrumental, sintética, material, histórica e rígida.
- C) outorgada, escrita, analítica, formal e rígida.
- D) pactuada, instrumental, formal, analítica e semirrígida.
- E) pactuada, consuetudinária, prolixa, formal e rígida.

28. O poder constituinte derivado decorrente pode ser definido como aquele que:

- A) decorre do poder constituinte originário para modificar a Constituição Federal por meio de procedimento específico, sem que haja uma verdadeira revolução.
- B) emana diretamente da soberania popular decorrente de Emendas Constitucionais da iniciativa popular.
- C) decorre do poder constituinte originário para modificar a Constituição Federal de forma condicionada e limitada às regras instituídas por aquele.
- D) decorre da capacidade de auto-organização estabelecida aos Estados-membros pelo poder constituinte originário.
- E) decorre de Emendas Constitucionais que modificam a forma de estado e sistema de governo após consulta popular por meio de plebiscito.

29. Na clássica classificação de José Afonso da Silva, a norma constitucional de eficácia contida pode ser definida como aquela que:

- A) não produz efeitos enquanto não for complementada por outra norma de mesmo nível constitucional, oriunda do poder constituinte originário.
- B) tem condições de produzir todos os seus efeitos quando da promulgação de uma nova Constituição, mas a norma infraconstitucional poderá reduzir a sua abrangência.
- C) pode ter seu âmbito de abrangência contido por decisão do Supremo Tribunal Federal, em controle concentrado, ao lhe ser dada interpretação conforme o restante da Constituição Federal.
- D) não é aplicável ou não pode produzir efeitos enquanto norma infraconstitucional integrativa não entrar em vigor.
- E) declara princípios institutivos que contêm esquemas gerais de estruturação de instituições, órgãos ou entidades.

30. O controle constitucional difuso, pela via de exceção, compete:

- A) ao Supremo Tribunal Federal, apenas.
- B) aos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça, apenas.
- C) ao Superior Tribunal de Justiça, apenas.
- D) ao Presidente da República, ao exercer o direito de veto.
- E) a todos os componentes do Poder Judiciário.

31. Acórdão do TJ do estado de Rondônia em controle abstrato de lei municipal, declara inconstitucional um ato normativo municipal que viola parâmetro de reprodução obrigatória e compulsória contido na Constituição Estadual. Neste caso, é cabível:

- A) ação direta de inconstitucionalidade, dirigida ao Supremo Tribunal Federal.
- B) recurso extraordinário, dirigido ao Supremo Tribunal Federal.
- C) recurso especial, dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.
- D) nenhum recurso ao Supremo Tribunal Federal, que não possui competência para controlar a constitucionalidade de lei municipal perante a Constituição Estadual.
- E) recurso especial, dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

32. Sobre as funções essenciais à Justiça, assinale a alternativa correta.

- A) Segundo a jurisprudência do STF, o advogado tem imunidade constitucional, não constituindo difamação ou desacato qualquer manifestação de sua parte no exercício de sua atividade.
- B) O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas Estadual está estruturalmente ligado ao Ministério Público Estadual.
- C) À Advocacia-Geral da União cabe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico apenas do Poder Executivo Federal, mas a AGU representa judicial e extrajudicialmente todos os Poderes da União.
- D) A Procuradoria Geral dos Municípios e do Distrito Federal é instituição com previsão constitucional e tem como função a representação judicial e extrajudicial dos Municípios e do Distrito Federal, sendo vedado aos seus membros o exercício de advocacia fora das funções institucionais.
- E) O Procurador Geral do Estado de Rondônia pode ser escolhido livremente pelo Governador do Estado dentre cidadãos maiores de 35 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

33. No que concerne às disposições constitucionais referentes à Guarda Municipal, assinale a alternativa correta.

- A) Somente pode ser constituída nos municípios com mais de 50.000 habitantes e tem como função suprir omissão do Estado quanto à Segurança Pública.
- B) Pode ser constituída em qualquer município com a função de complementar o policiamento ostensivo e auxiliar na preservação da ordem pública.
- C) Somente será constituída por autorização da assembleia legislativa do Estado-Membro no qual se insere o município e destina-se, apenas, à proteção dos bens públicos federais, estaduais e municipais.
- D) Pode ser constituída em qualquer município e destina-se, apenas, à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- E) É vedado ao município constituir Guarda Municipal, eis que a segurança pública ostensiva e a apuração de infrações penais são de competência exclusiva das polícias militares e civis.

34. Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a alternativa correta.

- A) O estado de defesa pode ser instituído por tempo indeterminado, mas deve determinar quais as medidas coercitivas que vigorarão durante a sua existência.
- B) A duração do estado de sítio não pode ser prorrogada por mais de uma vez, mas as medidas coercitivas podem incluir a suspensão da liberdade de reunião.
- C) No estado de sítio ocorre o controle político concomitante, enquanto no estado de defesa, o controle político será sucessivo.
- D) A chamada crise constitucional que substitui a legalidade normal pela legalidade extraordinária, impede que o Presidente da República, uma vez cessado o estado de exceção, responda por abusos e excessos cometidos.
- E) É possível decretar estado de defesa quando a ordem pública e a paz social estejam ameaçadas por calamidades de grandes proporções na natureza.

35. Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio da inviolabilidade domiciliar abrange não só o domicílio, mas também os escritórios, a oficina, a garagem e até mesmo os quartos de hotéis, desde que ocupados.
- B) As discriminações, mesmo as positivas, são expressamente vedadas pela Constituição Federal de 1988.
- C) O direito de petição, com previsão constitucional, não configura necessariamente o direito a receber qualquer pronunciamento do Poder Público.
- D) O direito de reunião pode ser exercido em locais abertos, sem armas e de forma pacífica, independentemente de prévio aviso às autoridades competentes, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada.
- E) O direito de propriedade é intangível e absoluto, ressalvadas apenas as situações de necessidade pública em que será possível a desapropriação com indenização prévia, justa e em dinheiro.

- Direito Civil

36. Acerca do tema usucapião, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os bens públicos imóveis não estão sujeitos à usucapião.
- B) Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé.
- C) A usucapião consiste em modo originário de aquisição de propriedade ou de outros direitos reais.
- D) A usucapião ordinária tem como requisitos a posse da propriedade imóvel por dez anos entre presentes e quinze anos entre ausentes, de forma contínua, mansa e pacífica, exercida com ânimo de dono, com justo título e boa-fé.
- E) Se o possuidor tiver estabelecido sua residência, construindo moradia, ou realizado obras ou serviços de caráter produtivo, tornando a propriedade produtiva ou para sua residência, o tempo da usucapião extraordinária é reduzido para dez anos.

37. Acerca da Lei de Introdução do Código Civil, assinale a opção correta.

- A) A repositivação é compatível com o ordenamento jurídico brasileiro, quando houver disposição legal expressa.
- B) Se, na *vacatio legis*, ocorrer nova publicação de seu texto corrigido, o prazo para a vigência da lei começará a correr da nova publicação.
- C) A vigência das leis, que os Estados-Membros elaboram por autorização do Congresso Nacional, depende da aprovação deste e começa no prazo que a legislação estadual fixar.
- D) O ordenamento jurídico brasileiro admite a vigência temporária de leis, porém, não se destinando à vigência temporária, a lei vai vigorar até que outra a modifique ou revogue.
- E) O divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, pode ser reconhecido no Brasil, desde que respeitadas as condições legais.

38. Sobre os contratos regidos pelo Código Civil, assinale a alternativa correta.

- A) Nenhuma obrigação haverá para quem se comprometer por outrem, se este, depois de se ter obrigado, faltar à prestação.
- B) Aquele que estipula em favor de terceiro não pode exigir o cumprimento da obrigação.
- C) Não é lícito às partes estipular contratos atípicos.
- D) Nos contratos de adesão, são válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- E) Não deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita.

39. Acerca da Responsabilidade Civil, assinale a alternativa correta.

- A) A deterioração ou destruição da coisa alheia a fim de remover perigo iminente gera direito à indenização do prejuízo que sofreu o dono da coisa, mesmo que tenha sido culpado do perigo.
- B) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- C) Os pais são responsáveis pela reparação civil dos danos causados pelos filhos menores, mesmo que não estejam sob sua autoridade.
- D) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem não pode pretender reaver o que houver pago daquele por quem pagou.
- E) O dono do animal ressarcirá o dano por este causado, ainda que existente e provada força maior.

40. No que é concernente à prescrição, assinale a alternativa correta.

- A) A prescrição é irrenunciável.
- B) A prescrição somente pode ser alegada em primeiro grau de jurisdição.
- C) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo entre as partes.
- D) A prescrição iniciada contra uma pessoa não pode continuar a correr contra o seu sucessor.
- E) A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros.

- Processo Civil

41. Acerca da ação rescisória, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É majoritário na atualidade o entendimento de que a ação rescisória, em nosso sistema, é incabível contra sentenças terminativas.
- B) É desnecessário que o juiz tenha sido condenado na esfera penal para que seja rescindida sentença proferida por prevaricação.
- C) A sentença transitada em julgado proferida por juiz suspeito não é rescindível.
- D) A decisão que rescinde a sentença proferida por juiz absolutamente incompetente, deve, em seu lugar, proferir nova decisão de mérito.
- E) A rescisão por colusão processual é admitida apenas se houve o concerto das partes.

42. Sobre os recursos no processo civil brasileiro, assinale a alternativa correta.

- A) O Ministério Público não pode recorrer contra os interesses do incapaz no processo em que atua apenas como interveniente em razão da presença do incapaz em um dos polos.
- B) O pressuposto recursal da regularidade formal impede que existam recursos interpostos de forma oral em nosso ordenamento jurídico.
- C) Nos casos de *error in iudicando*, o julgamento do recurso reforma a decisão recorrida e nos casos de *error in procedendo*, o julgamento do recurso invalida a decisão recorrida.
- D) A administração pública possui prazo em dobro para recorrer e apresentar contrarrazões e em quádruplo para contestar e apresentar exceção de incompetência relativa.
- E) O recurso adesivo tempestivo deve ser admitido mesmo se a outra parte apresentou seu recurso intempestivamente.

43. Acerca da teoria geral da execução, assinale a alternativa correta.

- A) Nas execuções é aplicável o princípio do menor sacrifício possível do exequente, devendo o Juiz escolher o meio de execução que satisfaça o crédito mais rapidamente.
- B) Não é título executivo a sentença judicial condenatória genérica, que não fixa, desde logo, o *quantum debeatur*.
- C) O título executivo extrajudicial somente pode servir de base à execução após ser validado por processo prévio de liquidação extrajudicial.
- D) O cessionário do crédito por transmissão *inter vivos* somente pode suceder o credor original na execução após autorização do executado.
- E) Tanto a fraude contra credores quanto a fraude de execução exigem o *consilium fraudis*, ou seja, o concerto entre os sujeitos que praticam o ato fraudulento, para sua configuração.

44. Acerca da Uniformização de Jurisprudência, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A uniformização de jurisprudência não é uma modalidade de recurso, mas mero incidente processual.
- B) Ao retomar o julgamento suspenso pela uniformização de jurisprudência, o órgão fracionário é obrigado a adotar a interpretação fixada pelo tribunal.
- C) É cabível a uniformização de jurisprudência em julgamento de reexame necessário de sentenças proferidas contra a fazenda pública.
- D) Não se admite a uniformização de jurisprudência nos julgamentos de competência do tribunal pleno nem nos julgamentos de competência do órgão especial que lhe faz as vezes.
- E) A uniformização de jurisprudência não pode ser provocada de ofício por magistrado que esteja participando do julgamento no órgão fracionário.

45. O ato judicial que julga a liquidação de sentença tem natureza jurídica de:

- A) decisão interlocutória.
- B) sentença definitiva.
- C) despacho de mero expediente.
- D) sentença terminativa.
- E) despacho condenatório.

46. Nos Tribunais, após os autos do processo serem devolvidos pelo relator, serão levados à conclusão do revisor, nos seguintes casos:

- A) apelação, embargos infringentes e ação rescisória, salvo nas causas de procedimento sumário, nas ações de despejo e nos casos de indeferimento de petição inicial.
- B) apelação, agravo de instrumento e embargos de declaração, salvo nas causas de procedimento sumário, nas ações possessórias e nos casos em que há a intervenção do Ministério Público.
- C) apelação, recurso especial e extraordinário, salvo nas causas de procedimento sumaríssimo, nas ações paulianas e nos casos em que há interesse de idosos.
- D) recurso ordinário, extraordinário e extravagante, salvo nas causas de procedimento sumário, nas ações de cobrança de cotas condominiais e nos casos de decisões meramente terminativas.
- E) agravo de instrumento, embargos de divergência e de declaração, salvo nas causas de procedimento especial, nas ações de reparação de dano causado por acidente de veículos automotores e nos casos em que há interesse da fazenda pública.

47. Acerca da teoria geral da prova, assinale a alternativa correta.

- A) O ônus da prova incumbe ao autor, mesmo em relação aos fatos negativos alegados pelo réu.
- B) Somente são admissíveis no procedimento sumário os meios de prova legal e expressamente previstos.
- C) A convenção que distribui todo o ônus da prova apenas a uma parte é completamente inadmissível no ordenamento atual.
- D) Em se tratando de direitos indisponíveis, mesmo os fatos notórios dependem de prova.
- E) Salvo disposição especial em contrário, todas as provas devem ser produzidas em audiência.

48. Quanto à ação popular, assinale a alternativa correta.

- A) Qualquer pessoa é parte legítima para pleitear judicialmente, por meio de ação popular, a declaração de nulidade de ato lesivo ao patrimônio do estado de Rondônia.
- B) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, deverá apresentar contestação ao pedido no prazo de 15 dias, contado em quádruplo.
- C) A sentença terá eficácia de coisa julgada *erga omnes*, salvo no caso de a ação popular ter sido julgada improcedente por ausência de provas.
- D) Apenas a sentença de procedência na ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório.
- E) É vedado às pessoas jurídicas de direito público que tenham contestado a ação popular promover a execução da sentença condenatória proferida contra os demais réus.

49. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, a devedora será citada para:

- A) opor embargos no prazo de 10 dias.
- B) pagar ou nomear bens à penhora no prazo de 30 dias.
- C) opor embargos no prazo de 30 dias.
- D) pagar ou nomear bens à penhora no prazo de 10 dias.
- E) efetuar o pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito, no prazo de 60 dias.

50. Sobre o procedimento cautelar em geral, assinale a opção correta.

- A) O procedimento cautelar somente pode ser instaurado antes do processo principal.
- B) No procedimento cautelar, se o requerido deixar de contestar o pedido, não se podem presumir aceitos os fatos narrados pelo requerente.
- C) O requerente do procedimento cautelar responde ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida, salvo no caso de o juiz acolher, no mesmo procedimento, a alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor.
- D) A medida cautelar pode ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, se adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.
- E) O juiz pode conceder a medida cautelar sem ouvir o réu em qualquer caso, desde que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer.

- Direito do Trabalho

51. NÃO integram a remuneração do empregado:

- A) as comissões.
- B) as gratificações ajustadas.
- C) as gorjetas.
- D) a mensalidade de curso custeado pelo empregador.
- E) os abonos pagos pelo empregador.

52. Quanto aos sujeitos do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) As instituições religiosas e as de beneficência não podem ser empregadores porque a atividade econômica pressupõe, necessariamente, a ideia de lucro.
- B) O fato de ser uma mesma pessoa diretora de mais de uma sociedade revela, por si só, a existência de grupo econômico.
- C) Os filhos podem contratar os pais como seus empregados, porém os pais não podem contratar os filhos, por conta da vedação de venda de ascendente a descendente.
- D) O trabalhador em domicílio não pode ser empregado, ainda que haja subordinação à empresa, porque, neste caso, estará ausente a habitualidade.
- E) O empregado, eleito diretor da sociedade anônima para a qual trabalha, perde a condição de empregado no período em que exerce a função de direção.

53. O pacto de caráter normativo, pelo qual duas ou mais entidades sindicais representativas de categorias econômicas e profissionais, estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho chama-se:

- A) convenção coletiva.
- B) lei sindical.
- C) acordo coletivo.
- D) contrato administrativo.
- E) federação sindical.

54. Quanto ao contrato individual de trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) É absolutamente vedado no ordenamento brasileiro a alteração unilateral do contrato de trabalho pelo empregador.
- B) Não é lícito que o empregador mude o horário de trabalho do empregado, mesmo que não seja alterada a determinação quantitativa da obrigação de trabalhar.
- C) A mudança da natureza do trabalho do empregado será possível no caso de extinção do cargo, desde que não haja diminuição moral ou patrimonial para o empregado e exista afinidade entre o antigo e o novo cargo.
- D) O empregado que ocupa função de confiança, quando de seu retorno às funções normais, não pode sofrer redução salarial.
- E) Os empregados que exerçam cargo de confiança não podem ser transferidos de local de trabalho, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, salvo se a transferência não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.

55. A dissolução do contrato de trabalho que se produz quando há inexecução faltosa por parte de um dos contratantes, dá-se o nome de:

- A) rescisão.
- B) resolução.
- C) revogação.
- D) rescisão.
- E) força maior.

- Processo do Trabalho

56. Quanto aos recursos no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) As decisões interlocutórias são irrecorríveis no processo do trabalho, salvo as decisões de exceção de suspeição ou de incompetência.
- B) O recurso de revista não pode ser interposto sem fundamentação, mas o recurso ordinário, quando reclamante e reclamado estiverem postulando sem advogado, não exige fundamentação.
- C) As decisões proferidas em procedimento sumaríssimo são irrecorríveis se o valor da causa for inferior a 60 salários mínimos, salvo se a matéria debatida for de natureza constitucional.
- D) A nenhum recurso no processo do trabalho poderá ser atribuído efeito suspensivo, em função do princípio da celeridade.
- E) O prazo para todos os recursos possíveis no processo do trabalho é de oito dias.

57. Se a sentença cível transitada em julgado declarar que o autor é autônomo e lhe manda pagar verbas pertinentes à representação comercial autônoma:

- A) não se poderá mais discutir no processo do trabalho que aquela pessoa é empregado, sendo a ela, portanto, vedado, pleitear verbas trabalhistas.
- B) a sentença cível será nula de pleno direito, eis que proferida por juiz incompetente, devendo a Justiça Estadual declarar tal nulidade.
- C) ainda será possível discutir verbas trabalhistas, pois nada impede que alguém seja considerado autônomo e empregado ao mesmo tempo.
- D) a sentença cível não é nula, mas a coisa julgada será flexibilizada em relação à Justiça do Trabalho que poderá proferir outra sentença em seu lugar.
- E) a sentença cível poderá ser discutida por meio de ação rescisória ajuizada junto ao Tribunal Regional do Trabalho.

58. Acerca dos procedimentos especiais no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) Com a extinção da estabilidade decenal pela Constituição Federal de 1988, o inquérito para apuração de falta grave foi revogado, eis que se aplicava somente aos empregados estáveis.
- B) Ainda que o recurso de revista não seja conhecido, a competência para julgamento da ação rescisória é do Tribunal Superior do Trabalho.
- C) Não caberá recurso da decisão proferida em ação rescisória se esta tiver valor da causa inferior a dois salários mínimos.
- D) Cabe recurso ordinário da sentença que julga o mandado de segurança no processo do trabalho.
- E) Descabe ação de consignação em pagamento perante Juizes do Trabalho.

59. Quanto aos dissídios coletivos, é correto afirmar:

- A) apenas o TRT tem competência originária para os dissídios coletivos. A competência do TST é meramente recursal.
- B) a tentativa de negociação coletiva não é indispensável para a propositura de dissídio coletivo.
- C) em caso de greve, o dissídio coletivo pode ser instaurado de ofício pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho.
- D) é vedada a apresentação de contestação no dissídio coletivo.
- E) a sentença normativa não possui prazo de vigência, não perdendo eficácia enquanto outra sentença normativa não a substitua.

60. Anulidade fundada em incompetência de foro:

- A) abrange a incompetência relativa em razão do lugar e deverá ser declarada *ex officio*, sendo considerados nulos apenas os atos decisórios.
- B) abrange a incompetência absoluta em razão da matéria e somente pode ser declarada a requerimento da parte prejudicada, sendo considerados nulos apenas os atos decisórios.
- C) abrange a incompetência relativa em razão do lugar e somente pode ser declarada a requerimento da parte prejudicada, sendo considerados nulos apenas os atos decisórios.
- D) abrange a incompetência relativa em razão do lugar e deverá ser declarada *ex officio*, aproveitando-se todos os atos decisórios ao remeter os autos à autoridade competente.
- E) abrange a incompetência absoluta em razão da matéria e deverá ser declarada *ex officio*, sendo considerados nulos apenas os atos decisórios.